

**PROJETO DE LEI Nº 058/PMP/2023****DE 04 DE SETEMBRO DE 2023.**

*Dispõe sobre a Regulamentação da Assistência Financeira Complementar Repassada pela União Visando o Cumprimento ao Piso Salarial Nacional do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e do Auxiliar de Enfermagem a que se refere à Lei Federal nº 14.434/2022 Emenda Constitucional nº127/2022 e dá outras providências.*

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS**, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, **APROVA** e eu, Prefeito Municipal, **SANCIONO** e **PROMULGO** a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Esta Lei regulamenta o valor adicional repassado pela União Federal do Município de Palminópolis – Goiás, a título de Assistência Financeira Complementar visando dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.434/2022, que Instituiu o Piso Salarial do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem e do Auxiliar de Enfermagem.

**Art. 2º.** Compete a União Federal custear, nos termos da Emenda Constitucional nº 127/2022, os valores a título de Assistência Financeira Complementar para atingimento do Piso Salarial, não sendo repassada essa responsabilidade de forma automática ao Município, estando o Ente Municipal desobrigado do seu cumprimento em caso de não custeio da complementação pela União.

**Art. 3º.** Considera-se Piso Salarial para os fins desta Lei o valor remuneratório dos profissionais, equivalente ao somatório do vencimento básico (VB) e a às vantagens pecuniárias de natureza Fixa, Geral e Permanente (GP), não sendo computadas, desta forma, parcelas indenizatórias, vantagens pecuniárias variáveis, individuais e transitórias.

**Art. 4º.** A Assistência Financeira Complementar transferida pela União Federal não implica em aumento automático de outras parcelas/eventos ou vantagens remuneratórias e não será incorporada aos vencimentos ou às remunerações dos profissionais contemplados.



§ 1º - O valor da Assistência Financeira Complementar não altera o vencimento básico dos respectivos cargos, permanecendo inalterada a legislação Municipal que Fixa vencimento base.

§ 2º - O cálculo do Piso Salarial deverá ser proporcional nos casos de carga horária inferior a 44 (Quarenta e Quatro) horas semanais, conforme será disponibilizado no sistema InvestSUS do Ministério da Saúde ou outro sistema que venha à substituí-lo.

§3º - A complementação que trata a Emenda Constitucional nº127. Deverá ser pago na folha de pagamento com evento individualizado no contracheque "Complementação Piso Nacional EC/127", sem alteração na estrutura de cargos e vencimento dos Servidores.

§ 4º - A complementação deverá ser contabilizada em rubrica própria na folha de pagamento separadamente dos demais eventos com identificação clara para posterior prestação de contas.

**Art. 5º.** O pagamento da complementação será realizado com base nos valores repassados na Portaria GM nº 1.135/2023 do Ministério da Saúde e suas alterações posteriores, podendo ser complementado e ou reduzido dos repasses posteriores.

Parágrafo Único - Esse repasse deve ser realizado pelo gestor municipal em até 30 (Trinta) dias após o Fundo Nacional de Saúde (FNS) creditar os valores da Assistência Financeira Complementar na cota bancária do Fundo Municipal de Saúde, salvo por impossibilidade técnica devidamente justificada.

**Art. 6º.** Fica autorizado também o pagamento da Assistência Financeira Complementar transferida pela União Federal, para os profissionais prestadores de serviço que participam de forma complementar aos serviços do SUS, proveniente de Credenciamento.

§1º - Para o pagamento descrito no Caput deste Artigo a Secretaria Municipal de Saúde, providenciara os meios legais de repasse junto ao Conselho Municipal de Saúde a título de complementação contratual, ou outro instrumento jurídico equivalente.

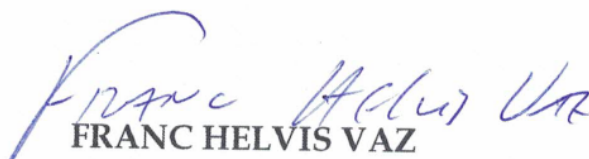


**Art. 7º.** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações específicas, consignadas no Orçamento, criados créditos especiais, ou suplementadas caso necessário.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a maio de 2023.

**Art. 9º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**PALMINÓPOLIS**, Estado de Goiás, aos 04 dias do mês de Setembro de 2023.

  
**FRANC HELVIS VAZ**  
-Prefeito-



**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 058/PMP/2023.**

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Vereadores.

Encaminhamos a esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei nº 058/PMP/2023, para o qual pedimos apreciação dos nobres senhores.

**JUSTIFICATIVA**

Encaminho a esta Egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei em tela que *Dispõe sobre a Regulamentação da Assistência Financeira Complementar Repassada pela União Visando o Cumprimento ao Piso Salarial Nacional do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e do Auxiliar de Enfermagem a que se refere à Lei Federal nº 14.434/2022 Emenda Constitucional nº127/2022 e dá outras providências.*

A presente matéria legislativa de resta necessária visando adequar e regulamentar o valor adicional repassado pela União Federal a este Município, a título de Assistência Financeira Complementar, visando dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.434/2022, que Instituiu o Piso Nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem e do Auxiliar de Enfermagem.

Insta salientar, que a Lei Federal nº 14.434/2022, contempla todos os profissionais enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem com o valor de referência, sendo o piso do Enfermeiro no valor de R\$ 4.750,00, sendo ainda para o Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, o valor equivalente a 70% (Setenta Por Cento) deste valor perfazendo o valor de R\$ 3.325,00 (Três Mil Trezentos e Vinte e Cinco Reais).

Neste contexto, vale destacar, que o instrumento legal que constitucionalizou o piso salarial instituído pela Lei nº 14.434/2022, foi a Emenda Constitucional nº 127/2022, ao qual estabeleceu que as despesas com pagamento de pessoal decorrente do cumprimento do Piso Salarial Nacional da Enfermagem, serão contabilizados para efeito da LRF da seguinte maneira: 2022 (0%), 2023 (10%), 2024 a 2032 (Acrescido em 10% a cada ano, até atingir 100%).



Destarte, visando estabelecer parâmetros e critérios relacionados à transferência de recursos relacionados à transferência de recursos para Assistência Financeira Complementar da União foi editada a Portaria GM/MS nº 1.135/2023 do Ministério da Saúde.

Todavia, existem muitas incertezas a respeito dos valores previstos a serem repassados pela União Federal aos Municípios, por isso neste primeiro momento resta necessário à autorização legislativa para prever o pagamento a título de assistência financeira complementar da união.

Frisa-se ser de competência da União Federal custear as despesas com o valor de Assistência Financeira para o cumprimento da Lei nº 14.434/2022, sendo inclusive este o posicionamento da decisão proferida pelo STF – Supremo Tribunal Federal na ADI 7222.


Vale por fim registrar, que para o cumprimento do Piso Salarial Nacional do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e do Auxiliar de Enfermagem, o Município de Palminópolis, esta realizando a complementação com recurso do Erário Municipal.

Estas as objetivas razões pelas quais elaboramos o presente Projeto que, esperamos, possa merecer a habitual atenção e aprovação pelos membros desta Egrégia Câmara Legislativa.

Diante do exposto, solicitamos dos Nobres Vereadores a aprovação da presente matéria e sua consequente transformação em Lei.

Ante o exposto, o Poder Executivo, conta com o apoio dos representantes desta Casa Legislativa para a aprovação deste projeto de lei em regime Normal de tramitação.

**PALMINÓPOLIS**, Estado de Goiás, aos 04 dias do mês de setembro de 2023.

  
**FRANC HELVIS VAZ**  
-Prefeito-



GOVERNO MUNICIPAL DE

2021-2024

**PALMINÓPOLIS**

*Construindo um novo futuro*

# **IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO**

## **PODER EXECUTIVO**